

CONTRATO Nº 009/2020

P.B.H. - ATIVOS S/A
REGISTRADO
Lote nº 02
Rua 41 v
01/11/2020

Processo nº. 02.20.677

Contratação de empresa para acesso aos serviços "on line" da ferramenta web de monitoramento de projetos de PPP-Parceria Público Privada – RADAR DE PROJETOS, na modalidade CONTRATOS ASSINADOS, conforme anexos deste contrato, que celebram a PBH ATIVOS S/A e a empresa RADAR PPP LTDA.

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Savassi – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pelo seu Diretor de Negócios, Daniel Rodrigues Nogueira, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 063.178.506-07, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **RADAR PPP LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.159.727/0001-23, estabelecida à Alameda Oscar Niemeyer, 322, salas 707 a 709, Vale do Sereno, Nova Lima/MG, CEP: 34.006-049, representada por seu sócio/diretor Bruno Vidigal Coscarelli, portador da CI- [REDACTED] e CPF: 043.974.196-39, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente do Procedimento de contratação direta - Inexigibilidade 019/2020, processo administrativo nº 02.20.677, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente Contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: a vencedora do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na condição de signatária do presente CONTRATO;
- II. **CONTRATANTE**: PBH ATIVOS, na condição de signatária do CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: presente contrato de prestação dos **SERVIÇOS**, celebrado entre a PBH ATIVOS e o vencedor do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **TR**: Termo de referência referente ao procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, incluindo todos os seus anexos;
- V. **CONTRATAÇÃO DIRETA**: procedimento administrativo vinculado às hipóteses contidas nos arts. 28, §3º, 29 e 30 da Lei Federal nº 13.303/2016, no qual a PBH Ativos poderá, ou deverá dispensar a realização de licitação.
- VI. **PARTICIPANTE**: pessoa jurídica que participe do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, conforme condições estabelecidas no TR/CONTRATO e na legislação aplicável;
- VII. **INEXIGIBILIDADE**: Procedimento realizado na modalidade **CONTRATAÇÃO DIRETA**, referente a este processo, que resultou no presente CONTRATO;
- VIII. **SERVIÇOS**: denomina os serviços que compõem o objeto da **CONTRATAÇÃO DIRETA**, conforme especificações do TR, em especial do Anexo I, bem como da Proposta apresentada pelo PARTICIPANTE.




CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2.1. Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa para acesso aos serviços “on line” da ferramenta web de monitoramento de projetos de PPP-Parceria Público Privada – RADAR DE PROJETOS, na modalidade CONTRATOS ASSINADOS, conforme anexos deste contrato.

2.1.1. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I- Proposta da Contratada;
- II – Justificativa técnica, independentemente de sua transcrição;

2.1.2. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Decretos Municipais nº 12.437/06, nº 15.113/13, Lei Municipal nº 10.936/16 e nº 17.317/20, Leis Federais nº 10.520/02, 12.846/13 e nº 13.303/16, Lei Complementar Federal nº 123/06, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 007/2020; que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei, em especial dos artigos 71, 72 e 81 da Lei Federal 13.303/2016.

4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do CONTRATO inicial e observada a legislação em vigor.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os SERVIÇOS serão disponibilizados conforme especificações dos Anexo I e II deste contrato e seu recebimento será realizado na forma do art. 121 do RILC e observado o seguinte:

5.1.1. Eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA e os respectivos prazos.

5.2. Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.3. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Diretoria Executiva da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da legislação.

5.4. O início da utilização da ferramenta web, deverá ser de imediato, após a assinatura contratual e disponibilização pela CONTRATADA, dos logins e senhas de acesso.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global estimado de R\$ 5.524,20 (cinco mil, quinhentos e vinte e quatro reais e vinte centavos), para o período de vigência deste contrato.

6.2. Estão consideradas no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser realizado mensalmente, pela Gerência Financeira mediante as Notas Fiscais emitidas pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.

7.2. O pagamento à CONTRATADA será realizado por meio de depósito bancário ou boleto, conforme opção da Contratada.

7.3. Nos preços constantes do contrato a ser celebrado deverá estar incluído todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste TR e do contrato.

7.4. As Notas Fiscais deverão ser atestadas mensalmente pelo fiscal do contrato, previamente designado pelo CONTRATANTE, em publicação no DOM (Diário Oficial do Município).

7.5. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

7.6.. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O CONTRATO, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

9.1.1. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

9.2. Os preços serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da solicitação da CONTRATADA, que se for o caso, deverá vir acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que as fundamenta.

9.2.1. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

9.3. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I - A partir da assinatura da apostila/termo aditivo;
- II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;
- III - Em data anterior à repactuação do CONTRATO, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

9.4. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas neste contrato, no Projeto Básico, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I do Termo de Referência.
- II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação.
- IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
- VI. alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.
- VII. pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.

VIII. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

IX. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.

10.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do CONTRATO, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.3. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

10.4. Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO.
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.
- IV. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.
- V. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação de cada Fase, o Termo de Aceite definitivo.
- VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos serviços.
- VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.
- VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

11.2. São ainda do conhecimento e concordância do Contratante:

- I. Compete exclusivamente ao **CONTRATANTE** a escolha e contratação, às suas expensas e exclusiva responsabilidade, dos provedores e equipamentos.
- II. Em função de limitações tecnológicas de alguns aparelhos ou da operadora de telefonia móvel, o aplicativo poderá não funcionar corretamente, devendo o **CONTRATANTE** verificar se o seu aparelho possui as características técnicas exigidas e/ou consultar a sua operadora de telefonia móvel.
- III. A **CONTRATADA** não se responsabiliza pelo não funcionamento ou funcionamento inadequado do aplicativo por ausência de quaisquer dos requisitos mínimos de funcionamento, instabilidade ou problemas do aparelho, ausência ou falha de conexão com a internet, ou quaisquer outras situações não imputáveis ao aplicativo e suas funcionalidades.

- IV. O **SOFTWARE** está sujeito a eventuais problemas de interrupção, falha técnica, ou indisponibilidade de funcionamento temporário.
- V. O **CONTRATANTE** declara conhecer que o **MÓDULO ESCOLHIDO** foi desenvolvido para ser executado por meio do navegador Google Chrome, em sua versão 4.0 ou superior, que deverá ser providenciado pelo **CONTRATANTE**.
- VI. O **CONTRATANTE** terá acesso tão somente ao(s) plano(s) contratado(s).
- VII. O **CONTRATANTE** autoriza a **CONTRATADA** a enviar informações de seus produtos e serviços ao e-mail cadastrado
- VIII. O **CONTRATANTE** se responsabiliza pela manutenção do sigilo das senhas de acesso, bem como por sua adequada utilização.
- IX. Caberá ao **CONTRATANTE** comunicar imediatamente à **CONTRATADA** (i) a perda de *login* e senha para o acesso ao **MÓDULO ESCOLHIDO**; e (ii) a obtenção, por terceiros, de *login* e senha para acessar este canal, em seu nome.
- X. A **CONTRATADA**, por sua vez, após receber comunicação neste sentido, impossibilitará o acesso ao **MÓDULO** por meio da utilização das informações perdidas, permitindo-lhe a seleção de nova senha ou outro elemento necessário para o acesso ao sistema referido.
- XI. A **CONTRATADA** recomenda que o **CONTRATANTE** altere seus dados de acesso periodicamente.
- XII. Eventuais erros e/ou falhas apresentados nos navegadores ou terminais de acesso, equipamentos e provedores utilizados pelo **CONTRATANTE** serão de total e exclusiva responsabilidade das empresas provedoras, escolhidas e contratadas pelo **CLIENTE**, não podendo ser imputada à **CONTRATADA** nenhuma responsabilidade decorrente desses fatos.

11.2.1. Limitação e Exclusão de Responsabilidades

- I. A **CONTRATADA** envidará seus melhores esforços no sentido de manter as informações e materiais contidos no **RADAR DE PROJETOS** tão precisos, atualizados e completos quanto possível.
- II. A **CONTRATADA** não garante que as informações presentes no **RADAR DE PROJETOS** estão totalmente isentas de equívocos em relação à fiabilidade e atualidade de seus conteúdos e análises. O compromisso da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** é de entregá-los com base na melhor informação disponível em sua base de dados.
- III. Os conteúdos e análises, individuais ou agregadas, decorrentes dos produtos elaborados pela **CONTRATADA** serão disponibilizados em regime de melhor esforço, compreendendo a busca, consolidação, filtro e sistematização das informações públicas disponíveis e relevantes sobre os projetos.
- IV. O compromisso da **CONTRATADA** é reputacional e, por isso, se empenha em minimizar os erros para continuamente fortalecer a percepção do **CONTRATANTE** sobre a qualidade do produto.
- V. A **CONTRATADA** não se vincula, em nenhuma hipótese, aos resultados que poderão ser obtidos pelo **CONTRATANTE** a partir das informações constantes nos produtos. O uso que o **CLIENTE** faz dos conteúdos e análises são de sua inteira responsabilidade.
- VI. Sob nenhuma circunstância, a **CONTRATADA** será responsável por quaisquer perdas, diretas ou indiretas, incluindo perda de negócios, concorrências, lucros e reputação comercial do **CONTRATANTE** em função dos usos que forem feitos dos conteúdos e análises apresentados no **RADAR DE PROJETOS**.
- VI.1. A **CONTRATADA** não será responsável, perante o **CONTRATANTE**, pelas decisões tomadas por este com base no **RADAR DE PROJETOS**. O **CONTRATANTE** possui, de forma exclusiva, a responsabilidade e a prerrogativa de optar pela contratação de




esforços complementares ao **RADAR DE PROJETOS**, inclusive da própria **CONTRATADA**, que apresentem outros parâmetros de qualidade e preço.

VII. O **CONTRATANTE** declara-se ciente, desde já, da inexistência de segurança infalível das informações contidas no **RADAR DE PROJETOS**, pelo que exime a **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade, incluindo aqui a responsabilidade civil em geral e, em especial, possíveis perdas caracterizadas como lucros cessantes.

VII.1 A **CONTRATADA** não será responsável por qualquer imprecisão ou falta de complemento das informações, atrasos, interrupções, erros ou omissões no fornecimento dos dados contidos no **RADAR DE PROJETOS**.

11.2.2 Direitos Autorais

I. O conteúdo, fotografias, marcas, títulos, dados, gráficos, tabelas, séries históricas e serviços oferecidos por meio do **RADAR DE PROJETOS** são de propriedade da **CONTRATADA**, não sendo autorizada sua reprodução, transmissão, exploração, armazenamento ou qualquer tipo de uso. O **CONTRATANTE** assume toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida de todo e qualquer material do site.

II. São vedadas ao **CONTRATANTE** a reprodução, a impressão, a captura de telas ou a distribuição de qualquer conteúdo do **RADAR DE PROJETOS**, sem autorização prévia da **CONTRATADA**.

III. Não é permitido ao **CONTRATANTE** fazer reprodução dos conteúdos constantes no **RADAR DE PROJETOS**, sendo-lhe vedado, também, em qualquer circunstância, a publicação de recortes do **RADAR DE PROJETOS**, seja em meio físico ou digital.

IV. Qualquer mínima referência a conteúdo do **RADAR DE PROJETOS** merecerá a explicitação da seguinte frase junto às informações: "Fonte: **CONTRATADA** (www.radarppp.com)".

V. O **CONTRATANTE** é responsável pelo cumprimento das disposições previstas nestas cláusulas, bem como garantir que os **ASSINANTE(s)** também o façam.

VI. O **CONTRATANTE** declara que aceita e reconhece o direito de a **CONTRATADA** se valer de ferramentas tecnológicas para assegurar a preservação dos direitos autorais, da regular utilização da ferramenta e de quaisquer outros direitos seus que estejam previstos neste contrato sobre o **RADAR DE PROJETOS**.

VII. Não obstante o disposto nos incisos acima, a **CONTRATADA** reconhece a legitimidade da utilização, pelo **CONTRATANTE**, das informações obtidas por meio da consulta ao **RADAR DE PROJETOS** para os fins de informar a seus clientes e parceiros comerciais acerca de oportunidades na estruturação de projetos, de forma a que o **RADAR DE PROJETOS** possa ser utilizado como uma ferramenta de geração de novos negócios para o **CONTRATANTE**. Para essa finalidade, o **CONTRATANTE** poderá, a partir de informações obtidas no **RADAR DE PROJETOS**, buscar na origem editais de chamamento, publicações de extratos, notícias divulgadas em sites dos Poderes Públicos, e encaminhá-los a seus clientes e parceiros comerciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO SIGILO

13.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA CONDUTA E INTEGRIDADE

14.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS - <http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-009/2018-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

15.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATO. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

15.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes deste CONTRATO, pelo futuro CONTRATADO implicarão nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

17.2. Da advertência:

17.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao CONTRATADO, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será o CONTRATADO advertido sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

17.3. Da multa:

17.3.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste TR e no CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I – multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III – multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
 - a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos da Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
 - e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;
 - f) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - g) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo CONTRATANTE;
 - h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - i) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;
 - j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- IV – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- V – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;
- VI – indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.



17.3.2. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem 17.3.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

17.3.3 O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

17.3.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

17.3.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

17.3.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

17.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

17.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no CONTRATO e das demais cominações legais.

17.5. Dos procedimentos

17.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

17.5.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

17.5.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

17.5.4. Os recursos têm efeito suspensivo, isto é, até que sejam decididos, o processo licitatório/contratação direta não terá seguimento, exceto quando manifestamente protelatório ou quando se puder decidir de plano.

17.5.5. Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva:

- I. julgar as defesas prévias;
- II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

17.5.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

17.5.6.1. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

17.5.6.2. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

- I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;
- II. execução da garantia do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente, se houver garantia;
- III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

18.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente, por justa causa, o presente CONTRATO, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:
 - a) atrasos injustificados;
 - b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da PBH ATIVOS;
 - c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
 - d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
 - e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO.
 - f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - g) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
 - h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;

- i) razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;
- j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
- l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

18.2.2. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

- I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE, caso haja;
- II. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

19.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

19.2. A CONTRATADA compromete-se a garantir a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

19.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

19.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

19.4.1. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do **cumprimento do objeto deste instrumento contratual.**



19.4.2. A CONTRATADA obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

19.5. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato/convênio/parceria, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

19.5.1. A CONTRATADA não será permitido deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

19.5.1.1 A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

19.6. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

19.6.1 A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

19.6.2. A CONTRATADA que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

19.7. A CONTRATADA fica obrigado a manter preposto para comunicação com a Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

19.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a A CONTRATADA e o CONTRATANTE bem como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

19.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

20.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

20.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO

21.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.


Belo Horizonte, 04 de novembro de 2020.



Daniel Rodrigues
Diretoria de Negócios
PBH ATIVOS


Pedro Meneguetti
Diretoria da Presidência
PBH ATIVOS

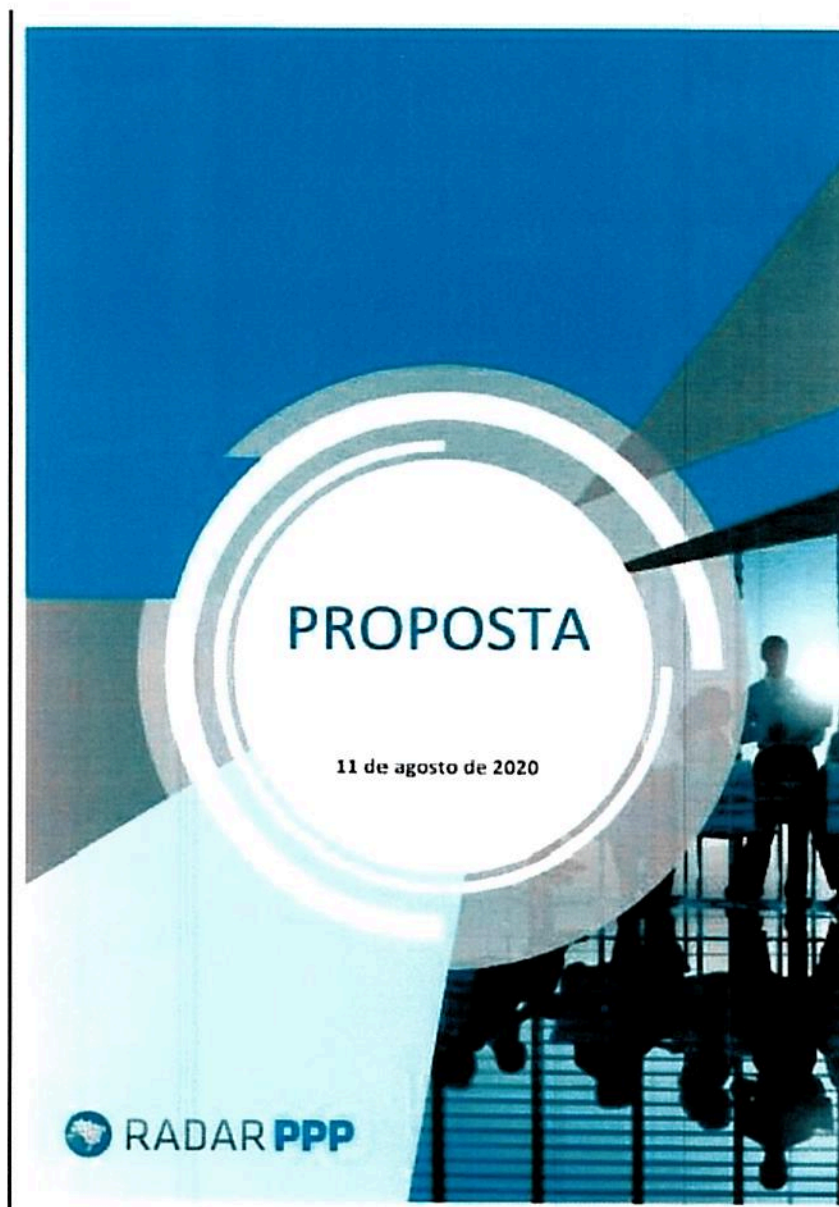

Bruno Vidigal Coscarelli
Sócio/Diretor
RADAR PPP LTDA.

Testemunhas:


Nome: Livia Vasconcelos Magaldi
CPF: 067.677.036-02


Nome: Simone M.F. de Andrade Dolabela
CPF: 322.158.436-91

ANEXO I – PROPOSTA DA CONTRATADA



PROPOSTA COMERCIAL
Utilização de Software Online – Radar de Projetos

Razão social: Radar PPP Ltda
CNPJ: 20.159.727/0001-23
Endereço: Alameda Oscar Niemeyer, n.º 322 – sala 707, 708 e 709
Telefone: (31) 2515-9580
Endereço eletrônico (e-mail) para contato: adm@radarppp.com

Objeto: Concessão pela Radar PPP Ltda à PBH Ativos do direito de acesso (licenciamento/cessão de direito de uso) de forma não customizada e não exclusiva, às informações sobre projetos de Parcerias Público-Privadas e concessões compiladas do RADAR DE PROJETOS.

O licenciamento / cessão de direito de uso refere-se ao plano "Contratos Assinados", contendo dados exclusivos dos projetos que se encontram na situação de Contrato Iniciado, existentes no RADAR DE PROJETOS, conforme funcionalidades apresentadas em <https://www.radarppp.com/informacao/radar-de-projetos/planos/>.

DESCRIÇÃO	PREÇO MENSAL	PREÇO PARA 12 (DOZE) MESES
Contratação de empresa para acesso aos serviços "on line" da ferramenta web de monitoramento de projetos de PPP-Parceria Público Privada, na modalidade CONTRATOS ASSINADOS, contemplando os serviços discriminados no Anexo I deste Termo de Referência.	R\$460,35	R\$5.524,20

1) No preço proposto deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, mão de obra, materiais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto desta Dispensa de Valor.

2) Declaro estar ciente das informações e condições constantes do Termo de Referência e seus anexos

3) Forma de pagamento

Os pagamentos referentes à Utilização de Software Online – Radar de Projetos da Radar PPP serão efetuados mediante ordem de pagamento na conta corrente, agência e banco indicados abaixo, segundo o cronograma apresentado acima nesta proposta.

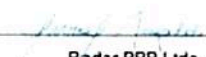
Banco Santander 033
Agência: 0097
Conta Corrente: 13005598-9
Nome da PJ: Radar PPP Ltda.
CNPJ: 20.159.727/0001-23

4) Logins e senhas de acesso

A PBH Ativos terá direito a cadastrar até 3 (três) usuários e o início da navegação ao RADAR DE PROJETOS será suficiente para demonstrar a concordância sem ressalvas e, assim, efetivar sua adesão plena à utilização dos serviços descritos aqui <https://www.radarppp.com/contratos-e-termos-de-uso>

Esta proposta é válida por 90 dias contando a partir da sua respectiva apresentação ao cliente.

Nova Lima, 11 de agosto de 2020


Radar PPP Ltda.

Livia Vasconcelos Magaldi

livia.magaldi@radarppp.com / (11) 9 8844-0144

RADAR PPP LTDA - CNPJ: 20.159.727/0001-23
RUA GETULIO VARGAS, 1245 - 12º ANDAR - SAVASSI - CEP: 30.112-021 - BELO HORIZONTE - MG
www.radarppp.com - E-MAIL: contato@pbhativos.com.br - CNPJ: 13.593.766/0001-79





ANEXO II - JUSTIFICATIVA TÉCNICA DO CONTRATANTE

Memorando DINE/DIEX nº xxx/2020

Ref.: Justificativa e solicitação para Contratação De Serviço

O documento a seguir tem por objetivo apresentar justificativa para contratação de serviço de apoio técnico às atividades da Diretoria de Negócios.

O *benchmarking* é um importante recurso utilizado para o processo de estruturação de projetos de concessão desenvolvido pela DINE e AJUR. Por meio dele, é possível analisar documentos técnicos e jurídicos diversos, que permitem à PBH Ativos lançar mão das melhores práticas utilizadas por outros entes públicos para modelagens de projetos de parceria público privada. Neste sentido, compreender como outros estados e municípios têm realizado suas contratações tem se mostrado fundamental para a elaboração de termos de referência e editais, ajudando na mitigação de riscos relativos ao certame licitatório e à gestão do contrato.

Por outro lado, a obtenção de tais documentos técnicos e jurídicos demanda extensa pesquisa e, também, esbarra na dificuldade de acesso aos *sites* de prefeituras e governos estaduais, que nem sempre possuem uma estrutura amigável e de fácil navegação. Além disso, geralmente, o *benchmarking* se atém aos projetos de maior repercussão e notoriedade (os chamados “projetos quentes”), sendo que os projetos de menor exposição deixam de ser percebidos e analisados.

Há o entendimento de que o acesso a um banco de dados de projetos, que comporte informações e documentos de acesso público numa única plataforma, seja uma resposta às dificuldades apresentadas, auxiliando sobremaneira o *benchmarking* de contratos celebrados por outros entes federativos.

Neste sentido, foi realizada uma pesquisa para averiguar a disponibilização da oferta deste tipo de serviço, onde foi obtido um único resultado. Trata-se do serviço denominado “Radar de Projetos”, fornecido pela empresa Radar PPP.

Conforme descrição contida no *website* radarppp.com, o banco de dados “conta com 2515 projetos de PPP e Concessão; cada projeto pode conter informações de mais de 50 variáveis parametrizadas, tornando possível acompanhar o ciclo de vida de cada iniciativa e o acompanhamento de projetos em diversos estágios de maturidade.”

Destacam-se os seguintes módulos disponibilizados na ferramenta, dentre outros:

- Painel de Mercado: informações de todos os projetos constantes no Radar de Projetos, independente do plano de assinatura contratado pelo assinante.
- Busca Avançada: permite realizar a busca por projetos com base em mais de 50 variáveis.
- Conteúdo de projetos: acesso aos arquivos técnicos disponibilizados pelo Órgão Responsável pelo Projeto. Nela poderão ser acessados arquivos do PMI, da Consulta Pública, da Licitação e outros documentos atinentes ao Projeto, quando estes forem publicados pelo Órgão Responsável pelo Projeto.
- Mapas dos projetos: projetos exibidos em mapa, georreferenciados
- Agenda de projetos: informações sobre licitações, consultas/audiências públicas, *road shows*, etc.
- Gráficos: compilação de dados gerais relativos aos mais de 2500 projetos e exibidos em forma de gráficos.

O serviço é oferecido em 4 (quatro) diferentes modalidades de acesso, conforme imagem abaixo, extraída do website da empresa.



CONTRATOS ASSINADOS

R\$ **495**,00
POR MÊS

SOLICITE AGORA

Tenha acesso às informações dos 461 contratos assinados de PPP e Concessão cadastrados no Radar de Projetos



NOVIDADES DOS PROJETOS

R\$ **2.775**,00
POR MÊS

SOLICITE AGORA

Conheça a agenda e as notícias de cada um dos 2515 projetos mapeados e esteja preparado para discutir sobre as mais recentes movimentações no mercado de concessões no país



CADA SEGMENTO

R\$ **2.990**,00
POR MÊS

SOLICITE AGORA

Tenha acesso irrestrito a todo o conteúdo de um determinado segmento do Radar de Projetos



ACESSO COMPLETO

R\$ **17.490**,00
POR MÊS

SOLICITE AGORA

Tenha acesso irrestrito a todo o conteúdo do Radar de Projetos, que tem hoje 2515 projetos mapeados

Após período de testes e considerando os custos de cada pacote de serviços, chegou-se à conclusão que a modalidade "Contratos Assinados" atende à atual demanda da DINE e AJUR. Eventualmente, pode ser útil a contratação pontual e pelo período mínimo do plano "Cada Segmento". Porém, num primeiro momento, o plano básico de R\$495,00/mês é satisfatório.

Diante do todo o exposto, esta Diretoria solicita a análise e devidos encaminhamentos por parte da Diretoria Executiva para a contratação do referido serviço. Reitera-se o fato de se tratar de um produto único e exclusivo no mercado.

Gustavo Kummer de Paula
Gerente de Projeto

De acordo:

Daniel Rodrigues Nogueira

Diretor de Neg